

## RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO Nº 01/2019

### ÓRGÃOS A SEREM VERIFICADOS:

- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI

### LOCAL:

- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI

**PERIODICIDADE DO RELATÓRIO:** Semestral - Dezembro/2018 a Maio/2019.

### RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO:

- Divisão de Auditoria Geral do Município de Balneário Camboriú

**AUDITORA:** Patrícia Castellem Strebe

**Matrícula:** 36.157/17

## 1 – OBJETIVOS E EXTENSÃO DOS TRABALHOS

Conforme determinado na reunião do Conselho Administrativo do BCPREVI realizada em 15 de maio de 2019, ficou estabelecido que o primeiro relatório de Controle Interno, para fins de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO, teria como objetivo “a avaliação da conformidade das áreas mapeadas e manualizadas”.

As áreas mapeadas e manualizadas neste primeiro momento foram o Setor de Benefícios, com o mapeamento e manualização de todos os processos de concessão de benefícios que por ali transitam.

Os mapeamentos e os manuais utilizados como critério de análise neste Relatório estão disponibilizados no *site* do Instituto: <https://www.bcprevi.sc.gov.br/pro-gestao-rpps>.

## 2 – METODOLOGIA ADOTADA

Os trabalhos deste Relatório foram realizados por meio de visitas, utilizando-se as técnicas de análise documental, exames de registros, inspeção física e observância e correlação das informações obtidas. Foi realizada verificação de no mínimo 30% (trinta por cento) dos processos de concessão de cada benefício específico de cada mês avaliado - Dezembro/2018, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio/2019. Em alguns casos, por não haver quantitativo suficiente de cada categoria, foi realizada uma análise superior ao percentual acima apontado,







inclusive em algumas categorias/meses, a totalidade de processos foram analisados. Tais informações serão melhor descritas no item que trata da análise dos processos.

### **3 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES E DOCUMENTOS CONSULTADOS**

Os parâmetros utilizados foram os seguintes: os mapeamentos e manualização dos processos realizado pelo BCPrevi; os processos de concessão de benefícios; as pastas funcionais dos servidores inativos; os documentos relativos a pagamentos; notas de empenho e liquidação; dados dos sistemas informatizados utilizados pelos servidores do BCPrevi.

Em relação a legislação aplicável, foi utilizada as seguintes: Constituição Federal de 1988; Lei Federal 4.320/1964; Lei Federal 10.887/2004; Lei Municipal 933/1990 (Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú); Lei Municipal 1.069/1991 (Estatuto dos Servidores); Lei Municipal 2.421/2004.

### **4 – PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS APLICADOS**

- 4.1 - Análise documental dos processos de concessão de benefício;
- 4.2 - Análise documental das pastas funcionais dos servidores inativos;
- 4.3 - Análise documental da documentação relativa à Folha de Pagamento;
- 4.4 - Análise documental das Notas de Empenho e Liquidação;
- 4.5 - Exame de registros nos sistemas informatizados utilizados pelos servidores do BCPrevi;

### **5 – ANÁLISE DAS ÁREAS MAPEADAS E MANUALIZADAS**

#### **5.1 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Dezembro de 2018:**

No mês de Dezembro de 2018 tiveram encaminhamento de 4 (quatro) processos de concessão de benefícios: um de pensão por morte, um de aposentadoria por invalidez e dois de aposentadoria voluntária por idade/tempo de contribuição. Para fins de análise de conformidade/aderência ao mapeamento e manualização, foi selecionado o único processo de pensão por morte, o processo de aposentadoria por invalidez e foi feita uma escolha randômica entre os dois processos de aposentadoria voluntária. Abaixo, a análise individualizada de cada um dos processos e suas respectivas pastas funcionais:

##### **5.1.1 - Processo de Pensão por Morte:**

Foi examinado o processo de concessão de benefício por pensão por morte nº 106/2018. Em análise aos documentos acostados ao referido processo e que comprove que este atende os







critérios estabelecidos no mapeamento e na manualização, foi verificado que o processo seguiu os procedimentos estabelecidos, constando apenas a não conformidade de não haver o comprovante de envio do processo para análise do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município e o FUNSERVIR do óbito do servidor(a).

### **5.1.2 - Processo de Aposentadoria por Invalidez:**

O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria por invalidez nº 104/2018. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria por Invalidez foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

### **5.1.3 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria voluntária nº 104/2018. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria voluntária foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

## **5.2 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Janeiro de 2019:**

No mês de Janeiro de 2019, os processos encaminhados foram 3 (três) de aposentadoria voluntária. Para avaliação, foi escolhido de forma randômica um dos três processos, conforme descritivo a seguir, juntamente com a pasta funcional:

### **5.2.1 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**







O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria voluntária foi o de nº 103/2018. A maior parte das etapas estabelecidas no mapeamento e na manualização foram devidamente cumpridas, constando não conformidade de não haver comprovação de que o processo foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

### **5.3 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Fevereiro de 2019:**

Em Fevereiro de 2019 foram processados 7 (sete) solicitações de aposentadoria voluntária, em que 2 (duas) delas foram selecionadas, conforme a metodologia apresentada acima, de forma aleatória para análise, e apenas 1 (uma) solicitação de aposentadoria por invalidez:

#### **5.3.1 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

Foi analisado de concessão de aposentadoria voluntária nº 014/2019. Neste, aferiu-se que o processo não atendeu o critério de comprovação de que o processo fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC determinado no mapeamento e na manualização, já os demais foram atendidos.

Cumpram ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.3.2 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O outro processo de aposentadoria voluntária foi o nº 114/2018. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria voluntária foram atendidos.

Cumpram ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.3.3 - Processo de Aposentadoria por Invalidez:**







O processo de aposentadoria por invalidez analisado foi o nº 002/2019. Averiguou-se que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria por Invalidez foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.4 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Março de 2019:**

No mês de Março de 2019, os processos encaminhados foram 5 (cinco) de aposentadoria voluntária, 1 (um) de aposentadoria por invalidez e 2 (dois) de pensão por morte. Para avaliação, foi escolhido de forma randômica dois dos 5 processos de aposentadoria voluntária, um dos dois de pensão e o único processo de aposentadoria por invalidez, conforme descritivo a seguir, juntamente com a pasta funcional:

##### **5.4.1 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria voluntária nº 009/2019. Neste, aferiu-se que o processo não atendeu o critério de comprovação de que o processo fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC determinado no mapeamento e na manualização, já os demais foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

##### **5.4.2 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O outro processo de aposentadoria voluntária foi o nº 013/2019. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria voluntária foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e







comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.4.3 - Processo de Aposentadoria por Invalidez:**

Já o processo de aposentadoria por invalidez analisado foi o de nº 011/2019. Averiguou-se que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria por Invalidez foram atendidos.

Cumpram ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.4.4 - Processo de Pensão por Morte:**

A solicitação de benefício de pensão por morte verificado foi o nº 001/2019. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de pensão por morte foram atendidos.

Cumpram ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da pensão por morte do servidor(a).

#### **5.5 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Abril de 2019:**

Em Abril de 2019, os processos encaminhados foram 1 (um) de aposentadoria voluntária, 1 (um) de aposentadoria por invalidez e 1 (um) de pensão por morte, sendo, portanto, todos analisados:

##### **5.5.1 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria voluntária nº 023/2019. Neste, aferiu-se que o processo não atendeu o critério de comprovação de que o processo fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC determinado no mapeamento e na manualização, já os demais foram atendidos.







Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.5.2 - Processo de Aposentadoria por Invalidez:**

Já o processo de aposentadoria por invalidez analisado foi o de nº 017/2019. Averiguou-se que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de Aposentadoria por Invalidez foram atendidos.

Cumprе ressaltar que duas etapas previstas no mapeamento e na manualização não constam do processo, mas em documentos esparsos, que seriam o comprovante do cálculo da rescisão por parte do RH da Prefeitura, comprovado através de consulta a pasta funcional, e comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da aposentadoria do servidor(a).

#### **5.5.3 - Processo de Pensão por Morte:**

A solicitação de benefício de pensão por morte verificado foi o nº 001/2019. Neste caso, também foi verificado que o processo possui apenas a inconformidade de não ter comprovação de que este fora enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, sendo que os demais critérios expostos no mapeamento e na manualização do processo de pensão por morte foram atendidos.

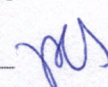
Cumprе ressaltar que uma etapa no mapeamento e na manualização não consta do processo, mas em documentos esparsos, que seria comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da pensão por morte do servidor(a).

#### **5.6 - Análise dos processos de concessão de benefício do mês de Maio de 2019:**

Neste mês de Maio de 2019, por ainda não estar encerrado, os processos foram analisados quanto a conformidade até o momento em que estava, ou seja, foram analisados no estado em que se encontram. Neste mês, até a presente data deste relatório, foram encaminhados 9 (nove) processos de aposentadoria voluntária e 2 (dois) de pensão por morte. Para avaliação, foi escolhido de forma randômica três processos de aposentadoria voluntária, um dos dois de pensão, conforme abaixo:

##### **5.6.1 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O processo analisado para fins de concessão de aposentadoria voluntária nº 021/2019. Este estava aguardando o cadastramento no sistema da folha de pagamentos do BCPrevi, portanto









a análise se restringiu até tal momento descrito no mapeamento e manualização. O referido processo não atende ao critério de constar comprovação da rescisão realizada pelo setor de RH do Município, sendo que as demais etapas estão de acordo com os critérios estabelecidos.

#### **5.6.2 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O outro processo de aposentadoria voluntária foi o nº 013/2019. Também estava aguardando o cadastramento no sistema da folha de pagamentos do BCPrevi, sendo assim, a verificação se restringiu até tal momento descrito no mapeamento e manualização. O referido processo não atende ao critério de constar comprovação da rescisão realizada pelo setor de RH do Município, sendo que as demais etapas estão de acordo com os critérios estabelecidos.

#### **5.6.3 - Processo de Aposentadoria Voluntária:**

O terceiro processo de aposentadoria voluntária analisado foi o de nº 024/2019. Como os outros dois, estava aguardando o cadastramento no sistema da folha de pagamentos do BCPrevi, sendo assim, a verificação se restringiu até tal momento descrito no mapeamento e manualização. O processo analisado não atende ao critério de constar comprovação da rescisão realizada pelo setor de RH do Município, sendo que as demais etapas estão de acordo com os critérios estabelecidos.

#### **5.6.4 - Processo de Pensão por Morte:**

A solicitação de benefício de pensão por morte verificado foi o nº 019/2019. Este estava aguardando o cadastramento no sistema da folha de pagamentos do BCPrevi, portanto a análise se restringiu até tal momento descrito no mapeamento e manualização.

Cumpramos ressaltar que uma etapa no mapeamento e na manualização não consta do processo, mas em documentos esparsos, que seria comprovação da comunicação ao RH do Município, Secretaria de origem e o FUNSERVIR da pensão por morte do servidor(a).

### **6 – CONCLUSÕES**

Pelos documentos avaliados até este momento, foram constatadas algumas inconformidades nos processos de benefícios, em especial a não comprovação de envio em tempo hábil os referidos procedimentos para análise e parecer do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC. Assim, entendemos que os procedimentos adotados atendem com ressalvas os critérios estabelecidos no mapeamento e na manualização.

### **7 - RECOMENDAÇÕES**

Diante das análises realizadas, para melhorar e aperfeiçoar ainda mais os trabalhos desenvolvidos no BCPrevi, passamos a **recomendar** o que segue:







7.1 - Recomenda-se que o envio dos processos para análise e parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC seja realizado logo após o recebimento do parecer do Controle Interno, preferencialmente no mesmo mês ou no mês seguinte a concessão do benefício;

7.2 - Recomenda-se ao setor de Benefícios que autue os processos de solicitação de benefícios a partir do momento em que se iniciem, colocando-os em pastas, de forma que os documentos fiquem juntos, em ordem cronológica e com páginas numeradas sequencialmente e rubricadas;

7.3 - Recomenda-se que toda documentação vinculada ao processo de concessão de benefício fique reunida no mesmo processo administrativo, mesmo que através de cópia simples, para que seja possível analisando apenas um conjunto de documentos, comprovar que todos os critérios estabelecidos no mapeamento e na manualização foram cumpridos;


7.4 - Recomenda-se que a gestão do Instituto avalie a viabilidade técnica de adoção de sistema de processo eletrônico para gerir suas demandas, visando apresentar maior agilidade e transparência aos processos de concessão de benefícios.

7.5 - Recomenda-se que seja verificada a integração entre o sistema utilizado pelo BCPrevi e o sistema de RH do Município, para que as informações constantes reflitam a realidade, evitando o retrabalho dos servidores em conferir e confrontar as informações apresentadas pelo sistema;

7.6 - Recomenda-se que o Setor de Benefícios possua um *scanner* exclusivo para envio dos processos de concessão de benefícios para o TCE/SC;

7.7 - Por fim, recomenda-se que o processo de mapeamento e manualização seja estendido para as demais áreas do Instituto, bem como se implante a gestão de riscos para melhorar ainda mais os trabalhos realizados no BCPrevi.

Balneário Camboriú, 24 de maio de 2019.

  
**Patrícia Castellem Strebe**  
Auditora Interna  
Matrícula: 36.157/17  
OAB/SC 34.286



